



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Federal **GUSTAVO GAYER – PL/GO**

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº _____, DE 2024.
(Do Sr. GUSTAVO GAYER)

Solicita informações ao Sr. Ministro-chefe da casa civil, a respeito da notícia que o governo estuda a possibilidade de permitir que todos os Ministros do STF utilizem aeronaves da FAB.

Senhor Presidente,

Requeiro a V. Ex^a., com base no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e na forma dos arts. 115 e 116 do Regimento Interno que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas ao Senhor Ministro da Casa Civil, informações quanto à notícia que o governo estuda a possibilidade de permitir que todos os Ministros do Supremo Tribunal Federal - STF, utilizem aeronaves da Força Aérea Brasileira - FAB.

Com o objetivo de instruir as informações relativas a este requerimento de informações e, também, tendo como base os informativos veiculados pela imprensa, solicito que sejam respondidos os seguintes questionamentos:

- 1- Dado o atual cenário de crise fiscal em que o Brasil se encontra, como o governo justificaria a liberação de recursos públicos para que os Ministros do STF utilizem as aeronaves da Força Aérea Brasileira (FAB)? Não seria uma medida contraditória em um contexto de contenção de despesas e dificuldades econômicas enfrentadas pelo país?
- 2- O governo não considera que a medida de permitir o uso das aeronaves da FAB por todos os Ministros do STF reforça ainda mais a ideia de privilégios para a elite política?





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Federal **GUSTAVO GAYER – PL/GO**

Apresentação: 02/12/2024 13:33:34,730 - MESA

RIC n.4408/2024

- 3- Em um país marcado por desigualdades sociais, como essa decisão pode ser interpretada pela população que enfrenta dificuldades para acessar direitos básicos como saúde e educação?
- 4- Quais medidas o governo tomará para garantir total transparência caso seja autorizado o uso das aeronaves da FAB pelos Ministros do STF? Como será feito o controle e a fiscalização dos custos e destinos dessas viagens, a fim de evitar qualquer abuso ou uso inadequado dos recursos públicos?
- 5- O governo acredita que a liberação do uso de aeronaves militares para os Ministros do STF pode contribuir para a melhoria da imagem pública do Judiciário, ou, ao contrário, pode reforçar a percepção de que os membros do STF estão cada vez mais distantes da realidade do povo brasileiro? Como o governo pretende lidar com as possíveis críticas sobre a "elitização" das instituições?
- 6- Já foram avaliadas alternativas mais econômicas e sustentáveis para o transporte dos Ministros do STF? Não seria mais razoável que os ministros utilizassem transporte comercial, como qualquer outro cidadão, evitando custos desnecessários para o governo e dando exemplo de responsabilidade fiscal?
- 7- O governo não vê o risco de criar um precedente perigoso ao estabelecer essa prática para o STF? Como garantir que outras esferas do poder, como o Executivo e o Legislativo, não requeiram o mesmo tratamento? Não seria uma medida que pode abrir uma porta para o aumento do uso de recursos





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Federal **GUSTAVO GAYER** – PL/GO

públicos para privilégios de outras autoridades?

- 8- A FAB, como instituição de natureza militar, tem como principal função a defesa nacional e o apoio em situações de emergência. Como o governo justifica a utilização de aeronaves militares para o transporte de autoridades civis em missões que não envolvem situações de urgência ou defesa do país?
- 9- Considerando o custo elevado das viagens aéreas realizadas pela FAB, o governo já avaliou o impacto orçamentário dessa medida? Não seria mais prudente direcionar esses recursos para áreas que atendem diretamente as necessidades da população, como saúde, educação e segurança pública?
- 10-O governo está consciente de que essa medida pode ser vista como um símbolo de distanciamento entre as instituições públicas e a população brasileira? Como o governo pretende lidar com a crescente desconfiança da sociedade nas instituições, caso essa medida seja implementada, considerando o cenário de crise social e econômica?
- 11-O governo tem garantias de que o uso das aeronaves da FAB pelos Ministros do STF não desvirtuará sua função primordial de apoio a missões de Estado e operações de emergência? Qual é a estratégia do governo para assegurar que a prioridade de uso da frota militar será preservada em momentos críticos para o país?

Por fim, solicita-se o fornecimento de informações complementares que o senhor Ministro-chefe da Casa Civil entenda como





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Federal **GUSTAVO GAYER – PL/GO**

pertinentes, sobre esse assunto de interesse público.

JUSTIFICAÇÃO

A recente notícia de que o governo federal estuda a possibilidade de permitir que todos os Ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) possam utilizar as aeronaves da Força Aérea Brasileira (FAB) é, no mínimo, alarmante.

Em um momento de crise fiscal e crescente cobrança por eficiência no uso dos recursos públicos, tal medida parece mais uma concessão de privilégios do que uma necessidade funcional. Essa proposta, caso se concretize, não só gera questionamentos sobre o uso de recursos públicos de maneira irresponsável, como também reforça a sensação de distanciamento das altas cortes em relação à realidade do país.

Conforme notícia veiculada na mídia¹, o governo federal está estudando a possibilidade de permitir que todos os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) utilizem aeronaves da Força Aérea Brasileira (FAB). Atualmente, apenas o presidente da Corte tem esse privilégio, conforme estabelecido por um decreto de 2020. A ampliação dessa regalia, no entanto, já levanta questionamentos sobre prioridades e gastos públicos.

Se implementada, a medida permitirá que os outros dez magistrados da Suprema Corte tenham acesso a aeronaves públicas, alegadamente por questões de segurança. A proposta foi bem recebida pelo STF, mas não escapou de críticas. Em um país que enfrenta desafios financeiros e dificuldades em serviços básicos, como saúde e educação, a ampliação de benefícios para autoridades gera controvérsias.

Ainda, a reportagem informa que de acordo com a norma vigente, o uso de aviões da FAB é restrito a altos cargos do governo, como ministros de Estado, o vice-presidente, além dos presidentes da Câmara, do Senado e do STF. A inclusão de mais autoridades nessa lista aumenta o custo e pode ser

¹ <https://www.folhadestra.com/governo-avalia-liberar-voos-da-fab-para-ministros-do-stf/>





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Federal **GUSTAVO GAYER – PL/GO**

vista como uma medida excessiva, considerando o impacto nos cofres públicos.

Ressalta-se, que a ideia de que ministros da mais alta corte do país tenham à disposição jatos da FAB, uma estrutura destinada a atender às emergências do Estado, para viagens de trabalho ou eventos, coloca em xeque os princípios da razoabilidade e da prudência no uso do erário. Afinal, os altos custos operacionais desses voos, muitas vezes sem a devida transparência, podem significar o desvio de recursos que poderiam ser aplicados em áreas essenciais, como saúde, educação e segurança pública. Além disso, esse privilégio poderia dar margem a um uso excessivo da máquina pública, sem uma justificativa clara e sem controle adequado.

Mais preocupante ainda é o efeito simbólico dessa medida. Ao permitir que ministros do STF, uma instituição já cercada de uma aura de poder, possam usufruir de recursos exclusivos, o governo estará aprofundando a desconexão entre os órgãos do poder público e os cidadãos comuns. Em tempos de desigualdade social e crise econômica, o Brasil não pode se dar ao luxo de alimentar uma imagem de uma elite governamental desconectada das necessidades da população.

Ademais, há também o risco de que, ao banalizar o uso de recursos públicos para fins de conveniência pessoal ou institucional, os ministros do STF possam perder a confiança da sociedade. O STF, que já enfrenta críticas sobre sua independência e decisões controversas, pode ser visto como mais uma instituição que abusa de seus privilégios em detrimento do bem-estar coletivo.

Com todo o exposto, seja pela lógica da austeridade fiscal, pela necessidade de maior transparência ou pela simples manutenção da confiança pública, é fundamental que o governo reconsidere essa proposta. O Brasil não pode abrir mão de sua integridade institucional em nome de uma visão elitista e desconectada da realidade social.

Sala das Sessões, em de de 2024.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Federal **GUSTAVO GAYER** – PL/GO

Deputado **GUSTAVO GAYER**

PL/GO

Apresentação: 02/12/2024 13:33:34.730 - MESA

RIC n.4408/2024



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD240821096000>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Gustavo Gayer

